

AS ESCOLAS INDÍGENAS NO ESTADO DO CEARÁ: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Maria Veirislene Lavor Sousa [*]

Daniel Valerio Martins [**]

[*] Doutoranda do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Salamanca - USAL/Espanha, Mestre em Gestão de Sistemas de e-Learning pela Universidade Nova de Lisboa - PT
E-mail: veirislene@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-2747-3161>

[**] Doutor em Estudos Latino-americanos, na linha de Antropologia pela Universidade de Salamanca e Professor Visitante da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.
E-mail: danielvalerio@usal.es
<http://orcid.org/0000-0003-0777-9750>

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar os percursos traçados pelos povos originários para o surgimento da educação escolar indígena no Estado do Ceará, as origens da escola diferenciada e intercultural, além de pesquisar sobre políticas e ações desenvolvidas nesse ambiente escolar que visem respeitar a identidade e o autorreconhecimento dessa população. O Estado do Ceará, atualmente, conta com 38 escolas indígenas da rede estadual e municipal, distribuídas em 16 municípios para 14 etnias cearenses. Ao pensar sobre o movimento indígena, especialmente sobre o surgimento da educação indígena no Ceará e suas escolas, apareceram algumas inquietações e questões: quais foram os caminhos traçados nessa luta de resistência para que viesse a existir uma escola pensada pelos povos originários e para estes, garantindo seus direitos a esta escola diferenciada e intercultural, visando preservar sua identidade e, ao mesmo tempo, dando acesso à ciência e à tecnologia, dentro dos padrões das escolas asseguradas pelo Ministério da Educação e suas secretarias? Como são desenvolvidas as políticas e as ações para essas escolas e seus atores? Como referencial teórico, elencamos como principais pensadores sobre a questão indígena: Martins (2015), Aires (2009), Nascimento (2006), e outros, além de fontes oriundas do site da Secretaria de Educação e sua célula responsável. Foi metodologia adotada a pesquisa etnográfica, além de pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, documentos e sites. Realizou-se uma entrevista com a liderança indígena (cacique) da aldeia Tremembé. Os resultados revelaram uma história traçada por luta, resistência, com perdas, negociações, mas também vitórias sobre os aspectos ligados à valorização da identidade indígena e autorreconhecimento. As considerações deixaram reflexões a respeito da emergência da continuidade sobre a luta do movimento social e da educação escolar indígenas, sobre os quais deverão ser proporcionados mais visibilidade e investimentos.

Palavras-chave: Povos originários, Identidade, Interculturalidade, Educação Escolar Indígena, Políticas Públicas.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo investigar os percursos traçados pelos povos indígenas para o surgimento da educação escolar indígena no Ceará, dessa escola diferenciada e intercultural, além de identificar as políticas públicas, bem como as ações desenvolvidas nesse ambiente educacional, que visem respeitar a identidade e o autorreconhecimento dos povos originários.

O Estado do Ceará, atualmente, conta com 38 escolas indígenas da rede estadual, distribuídas em 15 municípios, situadas em territórios indígenas, aldeias ou reservas, que, inclusive, em sua maior parte, ainda esperam pela demarcação do Governo Federal. O trabalho de gestão governamental com a educação indígena é desenvolvido através Secretaria da Educação, Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (CODEA), Célula de Educação do Campo, Indígena, Quilombola (CECIQ).

Ao pensar sobre o movimento indígena, o surgimento da educação indígena no Ceará e suas escolas, apareceram algumas inquietações e questões: quais foram os caminhos traçados nessa luta de resistência para que viesse a existir uma escola pensada pelos povos originários, respeitando seus direitos a uma escola diferenciada e intercultural, visando preservar sua identidade e, ao mesmo tempo, dando acesso à ciência e à tecnologia, dentro dos padrões das escolas asseguradas pelo Ministério da Educação e suas secretarias? Como são desenvolvidas as ações para essas escolas e seus atores?

A pesquisa justifica-se pela importância e necessidade constante no debate e visibilidade sobre temas ligados às minorias étnicas; pelo crescimento do movimento indígena, pelo interesse pessoal e profissional, enquanto professora, socióloga, e por esse trabalho fazer parte de um recorte da investigação do curso de Doutorado em Ciências Sociais, do qual sou aluna.

Como referencial teórico, elencamos como principais pensadores sobre a questão indígena: Martins (2015), Aires (2009), Nascimento (2006) e outros. Foi adotada a metodologia etnográfica, as pesquisas bibliográfica e documental, através de artigos, documentos, sites e uma entrevista realizada com o Cacique João Venâncio, da aldeia Tremembé, a fim de traçar os percursos enfrentados pelo povo indígena até o surgimento da educação escolar indígena.

Os resultados revelaram os aspectos ligados à valorização da identidade indígena, autorreconhecimento, aplicação do conceito de interculturalidade e a necessidade da continuidade sobre a luta do movimento social indígena, em defesa da sua própria educação escolar. Nas considerações, apresentaram-se observações, conforme a pesquisa bibliográfica e a entrevista realizada, experiência enquanto socióloga, educadora e pesquisadora na área educacional, além do relevante olhar antropológico, e a conclusão sobre a necessidade de repensar as condições atuais e as possibilidades para sugestões.

Fundamentação Teórica

A Legislação da Educação escolar indígena surgiu na década de 1980 e se consolidou na década de 1990, através dos documentos: **Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e Resolução CEE nº 447/2013, nº 382/2003, do Decreto nº 31.057, de 22 de novembro de 2012**, e uma legislação específica divulgada por meio da FUNAI, que garantem aos povos originários uma educação diferenciada. Historicamente, a educação indígena é extremamente recente, apesar da luta por esse direito ser longa. Em âmbito nacional, apareceram nos Artigos 231 e 232 da **Constituição Federal**: “Art. 231. Foram reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988)”.

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)** também garantiu o direito à Educação Escolar Indígena através dos Artigos 78 e 79 (BRASIL, 1993):

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - Fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

Já na esfera estadual, a **Resolução nº 382/2003** “dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências”. Além deste documento, os direitos que asseguram uma escola diferenciada, específica e intercultural, são garantidos por dois principais documentos: a **Resolução CEE nº 447/2013** e **nº 382/2003**, a qual trata da criação e do funcionamento de escola indígena e o **Decreto nº 31.057, de 22 de novembro de 2012**, através do Art. 88, que disponibiliza o acesso à educação aos povos indígenas “em suas demandas por escolarização nas etapas/níveis da Educação Básica, contribuindo para sua expansão ou universalização e buscando viabilizar o acesso e a permanência dos alunos”, num ato pioneiro e independente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Legislação

A educação e direitos indígenas garantidos pela **Constituição Brasileira** e pela **LDB** também são assegurados pelos seguintes documentos: **Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991**, o qual “dispõe sobre a educação indígena no Brasil”; a **Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999**, que “fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências”; a **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**, que “altera a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, modificada pela **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, “que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” e o **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009**, que “dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências”.

A **Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012**, é o documento que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica” e a **Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015**, “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio”.

Metodologia

A pesquisa etnográfica foi a metodologia escolhida, além da pesquisa bibliográfica e documental, através de livros, artigos, revistas, documentos e sites. Utilizou-se das técnicas de observação direta, incluindo a observação participante; conversas com graus diferentes de formalidade, incluindo o bate-papo no cotidiano; conversas com uma informante indígena, sobre a vida da comunidade visitada; participação em eventos culturais e anotações em diário de campo, durante uma semana de trabalho etnográfico na Tribo Tremembé, com realização de uma entrevista, com roteiro, junto ao Cacique João Venâncio, considerado no movimento indígena como um dos responsáveis para a existência das primeiras escolas diferenciadas no Estado do Ceará.

Sobre estudos etnográficos, lê-se em Carmo e Ferreira (2008): “a unidade de estudo etnográfico é uma organização, uma escola (ou uma turma), um programa. O comportamento e as crenças dos sujeitos que pertencem à determinada organização serão mais bem compreendidos no contexto de sua própria organização”.

Utilizou-se da observação participante prioritária para a análise documental e recolha de dados, além da técnica das entrevistas com roteiro de perguntas realizadas com 01 (uma) liderança indígena da Aldeia Tremembé.

O método qualitativo descritivo selecionado para este trabalho foi obtido no contato direto do pesquisador com a situação estudada, da qual “ênfatisa mais o processo que do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.16).

Resultados e Discussão

A história da educação indígena nasceu com o movimento social indígena, a partir da década de 1960 e se consolida nos anos 1990, no Brasil, com a força da Pastoral

Indigenista, criada por Dom Aloísio Lorscheider. Foi traçada uma luta de resistência e o próprio movimento indígena teve caráter educativo no cenário brasileiro. A escola tem também um caráter político e um trabalho sobre a formação de lideranças, além do trabalho pedagógico diferenciado e intercultural.

Os percursos traçados pelos povos originários para criação de suas escolas específicas e diferenciadas são reforçados por suas mobilizações constantes, reafirmando a necessidade de uma escola diferenciada. Essa causa ganhou mais corpo, principalmente, em 2007, através da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos indígenas, ao contribuir para o movimento social povos originários sobre a educação diferenciada e ao refletir, positivamente, para a construção de mais escolas nessa tipologia, assim como a renovação da infraestrutura, formação de professores indígenas e maiores investimentos sobre a questão educacional das etnias cearenses.

Atualmente, a educação escolar indígena tem como prioridade o atendimento de alunos de suas aldeias, assim como o trabalho docente é priorizado para ser desenvolvido por professores indígenas, porém, sem deixar de atender a demanda de alunos não indígenas da comunidade local, quando necessário.

Abaixo, seguem as informações atuais com número de escolas diferenciadas, seus referidos municípios e etnias:

Quadro: As Escolas indígenas no Ceará.

Municípios	Etnias	Número de escolas indígenas
Aquiraz, Caucaia, Maracanaú, Pacatuba	Anacé, Tapeba, Pitaguary, Jenipapo Kanindé	14
Itapipoca	Tremembé	1
Acaraú	Tremembé	2
Itarema	Tremembé	7
Benedito	Tapuia Kariri	1
Canindé	Kanindé	1
Aratuba	Kanindé	1
Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Poranga, Tamboril, São Benedito	Potiguara, Tabajara, Kalabaça, Gavião, Tubiba Tapuia, Kariri, Tupinambá	10
Quiterianópolis	Tabajara	1

Fonte: Site da SEDUC-CE (2018).

O quadro atual apresenta trinta e oito escolas indígenas, pertencentes a quatorze etnias e suas referidas aldeias, situadas em dezesseis municípios cearenses, onde possuem em torno de sete mil alunos matriculados. Esses estabelecimentos devem garantir uma educação intercultural, diferenciada, buscando a valorização da identidade indígena, resgate da história, memória, desenvolvimento de saberes e fazeres de cada etnia, além de proporcionar o acesso ao conhecimento científico local e nacional.

Origens da Educação Escolar Indígena

A origem da educação escolar indígena, a partir da década de 1990, é marcada pelo surgimento de inúmeros documentos sobre a temática, traçando diretrizes regidas pela **Constituição Federal**, de 1988, e pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, a Lei nº 9.394, de 1996, que garantem uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural, atendendo e respeitando a diversidade das etnias indígenas. Esses documentos definem princípios, diretrizes e ações para a educação escolar indígena, discorrendo também sobre a formação de professores para essa modalidade educacional.

Revisitando documentos no site da SEDUC- CE (2017), lê-se:

Visando a um desenvolvimento pedagógico em relação a uma educação diferenciada voltada para as comunidades indígenas, a Secretaria de Educação Básica do Estado (SEDUC) dá início às primeiras experiências de formação de professores indígenas, com a implementação em 1998 de políticas educacionais do Programa de Expansão da Escola Indígena no Ceará. Assim, foi desenvolvido o Curso de Magistério Indígena Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé, juntamente com a (FUNAI), formando o professorado indígena que iria passar a cobrar melhorias e servir de fiscais no próprio trabalho da SEDUC.

Sobre a necessidade de formação docente das próprias etnias e a necessidade da existência das escolas diferenciadas, Martins (2012) afirma que as escolas que davam atendimento aos povos indígenas “e não adotavam um currículo diferenciado passaram a rever essa situação, à medida que surgiam as mobilizações e demandas em acordo com o projeto da escola diferenciada”. O autor também trata da importância de uma educação intercultural, endossando a ideia que “as culturas mais diversas já convivem – em paz ou em conflito – lado a lado. É necessário aprender a viver, positiva e humanamente, com essa realidade” (Duque, 2005, p.30).

Entrevista com Cacique da Aldeia Tremembé

Na apresentação dos resultados, a entrevista realizada com o Cacique João Venâncio, da aldeia Tremembé, foi uma importante contribuição, pois ele é dos percursores e ativistas do movimento social e da educação indígena cearense.

A entrevista ocorreu através de um roteiro com cinco questões, além de conversa informal, durante o trabalho de campo na Aldeia Tremembé. O surgimento da primeira escola indígena no Ceará deveu-se, principalmente, à luta e resistência do povo Tremembé. O Cacique João Venâncio relatou que tinha dois filhos matriculados em escolas regulares da região de sua aldeia, distrito de Almofala, município de Itarema, porém, com o histórico de discriminação e preconceito sofridos por essas duas crianças, em relação à sua etnia, e acabaram desistindo de estudar e não quiseram mais frequentar a escola.

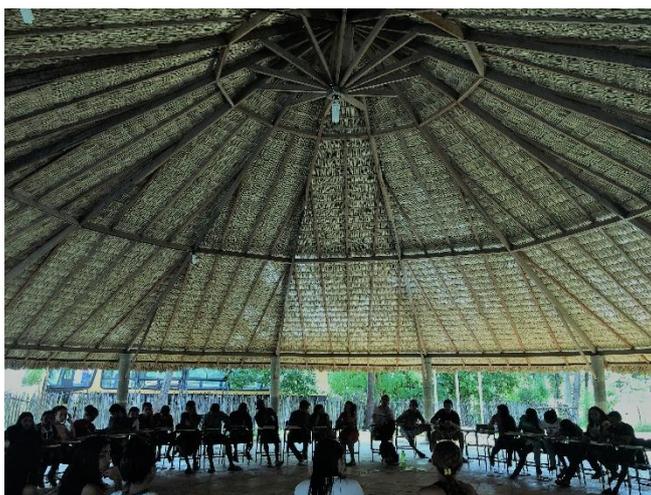
Assim, surgiu na Aldeia Tremembé a idéia de desenvolver a educação com as crianças da tribo, que começou na beira da praia, com poucas crianças e a professora Raimunda. As crianças recebiam aulas sobre vários conhecimentos, porém priorizados os da cultura indígena, valorizando sua identidade e o processo de autorreconhecimento. Com o passar do tempo, o movimento indígena se fortaleceu e a luta pela escola indígena ou a escola indígena diferenciada ganhou mais força. O cacique e o pajé da aldeia fizeram uma longa caminhada em várias tribos, visando o fortalecimento do movimento indígena, o que reforçou a causa e o aparecimento das primeiras escolas indígenas. Atualmente, todas as aldeias têm suas escolas próprias e atendem também o público não indígena das redondezas.

O líder indígena alega que as políticas nacionais e estaduais são ineficientes, mas que os índios sempre colaboram com o poder público diante das burocracias exigidas e fazem o trabalho de responsabilidade institucional do Estado, como cuidados de saúde e educação com a comunidade e dando acesso aos moradores não indígenas da região, por exemplo, ao Posto de Saúde, oriundo do Governo Federal, e à ambulância para a comunidade indígena. Além disso, constantemente têm conseguido parcerias com o setor privado, como é o caso da tenda do pátio da escola, que já aguardavam há muito anos, pois com sol e chuva, não podiam realizar atividades externas. Outro problema relacionado às políticas públicas é a questão da alimentação ou merenda escolar, que chega a atrasar verbas por até dois meses ou mais. A

formação de professores também foi uma luta que teve grandes vitórias com a parceria de professores da Universidade Federal do Ceará.

Sobre as ações que priorizam a identidade e autorreconhecimento, o Cacique João Venâncio relata que todos os professores trabalham sobre conhecimentos sobre a história e a memória de seus ancestrais em várias atividades pedagógicas e eventos culturais, além de palestras das próprias lideranças sobre temáticas variadas e, em especial, acerca de seus antepassados, denominados “troncos velhos”, valores, saberes e fazeres indígenas.

Figura 1 - Escola Indígena Tremembé Maria Venância, em Itarema, Ceará.



Fonte: Veirislene Lavor.

Políticas e Ações

A formação dos professores indígenas é desenvolvida pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nas quais são oferecidas formação de graduação e de pós-graduação para a comunidade, com cursos e cotas específicas.

No que se refere às políticas e ações, por meio da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, após consulta bibliográfica realizada, contatamos nos documentos examinados que é

assegurado aos povos indígenas o direito sobre a educação “escolar específica, diferenciada e intercultural” (SEDUC, 2017).

A modalidade Educação Escolar indígena, da educação básica, “visa à recuperação de memórias históricas, reafirmação de identidades étnicas, valorização de línguas e ciências dos índios”, assim como garante o acesso às informações, “conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas”. (SEDUC, 2017).

Historicamente, a partir do final da década de 1990, teve início o processo de constituição das unidades escolares diferenciadas (ou indígenas), com a força da luta de etnias diferentes.

São pontudas 09 (nove) ações desenvolvidas com base nas Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Indígena e no Plano de Ação Etnoeducacional do Território Potyrõ. São elas:

1 - Organização e Execução do Plano de Ações do Território Etnoeducacional (TEE) Potyrõ; 2 - Formação Inicial e Continuada de Professores, Gestores e Pessoal de Apoio das Escolas Indígenas; 2.1 Curso de Habilitação de Professores Indígenas para a Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 2.2 Curso de Formação Continuada para Professores e Profissionais de Apoio Pedagógico; 3 - Fortalecimento do Grupo Interinstitucional de Educação Escolar Indígena; 4 - Encontro com Gestores Indígenas; 5 - Regularização das Escolas Indígenas; 6 - Seleção Específica de Gestores Indígenas; 7 - Construção de Escolas Indígenas, Reforma e Construção de Ginásios Esportivos; 8 - Portaria de Matrícula e Lotação com Relação à Educação Escolar Indígena; 9 - Evolução dos Indicadores de Proficiência (ou das Avaliações Externas), com Destaque para a Alfabetização de Crianças Indígenas (SEDUC-CE, 2017).

Embora de responsabilidade da SEDUC-CE, todas as ações executadas são discutidas com as lideranças indígenas e as instituições envolvidas. Tais ações citadas têm como objetivo garantir o desenvolvimento da educação escolar indígena, respeitando a territorialidade das etnias e a operacionalização do “regime de colaboração entre os sistemas de ensino”, com fins de atender as necessidades educativas e a pluralidade cultural e identidade étnica e demais aspectos socioculturais dos povos indígenas (SEDUC, 2017).

Considerações

As considerações nos levam a refletir sobre a história de resistência indígena sobre a própria luta pela escola diferenciada, a qual apresenta pouca visibilidade social. A origem da educação diferenciada e do percurso traçado pelo movimento indígena e suas lideranças foi árduo, com lutas e mobilizações constantes. A necessidade de maiores investimentos em

formação de professores é latente, apesar das políticas vigentes que têm evoluído lentamente. Por exemplo, seria proporcionada maior inclusão se ocorressem investimentos por meio de cotas universitárias mais efetivas para a população docente indígena. Contudo, o número de vagas atualmente oferecidas é insuficiente.

A SEDUC-CE mantém suas ações anuais em parceria com outras instituições e em diálogo com as etnias, para garantir a educação intercultural, respeitando os direitos e o acesso, apesar da reduzida equipe de profissionais para gestão das 38 escolas estaduais, em 16 municípios, o que dificulta visitas mais assíduas.

O Governo tem pensado mais a escola indígena, a partir de algumas gestões, desde o ano de 2007, com construções e reformas de escolas diferenciadas, porém estas esperam ainda por mais livros para compor suas bibliotecas, o que daria maior acesso aos estudantes para suas leituras, além da necessidade de maiores investimentos em recursos para a merenda escolar. O quadro de profissionais que compõem o Núcleo Gestor de cada escola é pequeno, na maioria delas. Assim, tem-se uma diretora, um secretário e um coordenador, enquanto em escolas de ensino regular, esse quadro é composto por 5 funcionários. Esse número é definido pela Secretaria de Educação, de acordo com a quantidade de alunos matriculados.

Desde ano passado, o secretário da educação tem mantido visitas com maior frequência às escolas indígenas e suas aldeias, o que abre espaço para diálogo, garantia de direitos e o atendimento às demandas. Em muitas escolas, são desenvolvidas parcerias com instituições governamentais e não governamentais para fins de construções, projetos de agronomia, sustentabilidade, saúde, assim como estagiários oriundos da educação superior indígena e não indígena, o que lentamente, mas de forma ascendente, fortalece a educação intercultural, preservando a identidade e autorreconhecimento dos povos indígenas.

Referências

AIRES, Max Maranhão Piorcky *et all*. **Escolas Indígenas e Políticas Interculturais no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. Ministério da Educação. **Referencial Nacional para Educação Escolar Indígena (RCNEI)**. Brasília, 1988.

_____. **Plano Nacional de Educação:** lei nº 10.173, de 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. **Diretrizes e Bases para a política nacional de educação escolar indígena.** Brasília: MEC, 1993.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CARMO. H. FERREIRA, M. **Metodologia da Investigação:** guia para autoaprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

DUQUE, João Manuel y DUQUE, Olga Fernandes. **Educar para a diferença.** Braga: Alcalá, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Educação Escolar Indígena.** Acesso em: 03 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/acoes_educ_ind_2018.pdf

MARTINS, Daniel Valério. **Comunidade Indígena Jenipapo-Kanindé:** o processo de aculturação através da Educação Multicultural e diferenciada utilizada como ferramenta para o desenvolvimento. Tese do curso de Máster Interuniversitario en Antropología de Iberoamérica. Salamanca: Departamento de Psicología y Antropología Social, da Facultad de Ciencias Sociales, 2012.

NASCIMENTO, R.G. **Educação escolar dos índios:** consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal: Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

VENÂNCIO, João. **Entrevista** (ago. 2018). Entrevistadora: Sousa, M.V.L. Aldeia Tremembé, Itarema, Ceará, 2018. Entrevista através de questionário com questões subjetivas, concedida para a produção do artigo para a *Revista Temas em Educação*. janeiro, 2019.

INDIGENOUS SCHOOLS IN CEARÁ STATE: A STORY OF RESISTANCE

ABSTRACT

The present work has as objective to investigate the routes traced by the native peoples to the emergence of indigenous school education in the State of Ceará, the origins of the differentiated and intercultural school, as well as research on policies and actions developed in this school environment aimed at respecting the identity and the self-recognition of this population. The State of Ceará currently has 38 indigenous schools of the state and municipal network, distributed in 16 municipalities for 14 ethnic groups from Ceará. When thinking about the indigenous movement, especially about the emergence of indigenous school education in Ceará and its schools, there were some concerns and questions: what were the

paths drawn in this struggle for resistance to the existence of a school designed by the original peoples and for these , guaranteeing their rights to this differentiated and intercultural school, aiming at preserving their identity and at the same time giving access to science and technology, within the standards of the schools assured by the Ministry of Education and its secretariats? How are policies and actions developed for these schools and their actors? As a theoretical reference, we list as main thinkers on the indigenous question: Martins (2015), Aires (2009), Nascimento (2006), and others, besides sources from the website of the Education Department and its responsible cell. The methodology adopted was ethnographic research, in addition to bibliographic research, through books, articles, documents and websites. An interview was held with the indigenous leadership (cacique) of Tremembé village. The results reveal a history traced by struggle, resistance, losses, negotiations, but also victories over the aspects related to the valorization of indigenous identity and self-recognition. The considerations reflect on the emergence of continuity over the struggle of the indigenous social movement and indigenous school education, on which more visibility and investment should be provided.

Keywords: Original peoples, Identity, Interculturality, Indigenous School Education, Public Policies.

ESCUELAS INDÍGENAS EN EL ESTADO DE CEARÁ: UNA HISTORIA DE RESISTENCIA

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo investigar los recorridos trazados por los pueblos originarios para el surgimiento de la educación escolar indígena en el Estado de Ceará, los orígenes de la escuela diferenciada e intercultural, además de investigar sobre políticas y acciones desarrolladas en este ambiente escolar que visen respetar la identidad y el autoreconocimiento de esta población. El Estado de Ceará actualmente cuenta con 38 escuelas indígenas de la red estadual y municipal, distribuidas en 16 municipios para 14 etnias cearenses. Al pensar sobre el movimiento indígena, especialmente sobre el surgimiento de la educación escolar indígena en Ceará y sus escuelas, aparecieron algunas inquietudes y cuestiones: cuáles fueron los caminos trazados en esta lucha de resistencia para que viniera a existir una escuela pensada por los pueblos originarios y para éstos , garantizando sus derechos a esta escuela diferenciada e intercultural, buscando preservar su identidad y al mismo tiempo dando acceso a la ciencia y la tecnología, dentro de los estándares de las escuelas aseguradas por el Ministerio de Educación y sus secretarías? ¿Cómo se desarrollan las políticas y las acciones para estas escuelas y sus actores? Como referencial teórico, elencamos como principales pensadores sobre la cuestión indígena: Martins (2015), Aires (2009), Nascimento (2006), y otros, además de fuentes oriundas del sitio de la Secretaría de Educación y su célula responsable. La metodología adoptada fue la investigación etnográfica, además de investigación bibliográfica, a través de libros, artículos, documentos y sitios. Se realizó una entrevista con el liderazgo indígena (cacique) de la aldea Tremembé. Los resultados revelan una historia trazada por lucha, resistencia, con pérdidas, negociaciones, pero también victorias

sobre los aspectos ligados a la valorización de la identidad indígena y autoreconocimiento. Las consideraciones dejan reflexiones acerca de la emergencia de la continuidad sobre la lucha del movimiento social indígena y de la educación escolar indígena, sobre el cual deberá ser proporcionado más visibilidad e inversiones.

Palabras clave: Pueblos originarios, Identidad, Interculturalidad; Educación Escolar Indígena, Políticas Públicas.

Submetido em: maio de 2019.

Aprovado em: agosto de 2019.

Publicado em: setembro de 2019.